

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.439 - SC (2016/0133066-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**RECORRENTE** : GLADIS BRESOLIN  
**ADVOGADO** : GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN E OUTRO(S) - SC018200  
**RECORRIDO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"APOSENTADORIA POR IDADE. CONTAGEM RECÍPROCA. APROVEITAMENTO DE ACRÉSCIMO DE TEMPO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. PERÍODO EM GOZO DE BENEFÍCIO. CÔMPUTO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. MESMA PROFISSÃO. SOMA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO.

1. Para a concessão de aposentadoria por idade urbana devem ser preenchidos dois requisitos: a) idade mínima (65 anos para o homem e 60 anos para a mulher) e b) carência - recolhimento mínimo de contribuições (sessenta na vigência da CLPS/1984 ou no regime da LBPS, de acordo com a tabela do art. 142 da Lei nº 8.213/1991).
2. Não é admitido o cômputo de acréscimo de tempo de serviço resultante da conversão de tempo especial em tempo comum para fins de contagem recíproca de tempo de serviço.
3. O período em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença deve ser computado para efeito de carência, desde que intercalado com períodos contributivos.
4. A norma do art. 32 da Lei nº 8.213/1991, quando utiliza a expressão 'atividades concomitantes' faz referência a profissões distintas e não a mera duplicidade de vínculos, não se aplicando no caso de exercício concomitante de dois cargos de professor, em que o salário-de-benefício da aposentadoria deve ser calculado mediante a soma dos salários-de-contribuição.
5. A comprovação de remuneração recebida pelo segurado em valor diferente daquele registrado no CNIS autoriza a revisão do cálculo da renda mensal benefício independentemente de ter havido o pagamento das contribuições previdenciárias" (fl. 225e).

O referido acórdão ensejou a interposição de embargos de declaração pela autarquia previdenciária. A Turma decidiu, por unanimidade, dar parcial provimento aos embargos de declaração do INSS tão somente para fins de prequestionamento.

Na sequência, o INSS interpôs o Recurso Especial n. 1.448.669/SC, alegando negativa de prestação de prestação jurisdicional. Esse recurso foi provido para anular o acórdão dos Embargos de Declaração e, determinar o retorno dos autos à origem para novo julgamento.

No novo julgamento, o Tribunal de origem deu provimentos aos Embargos de Declaração, em acórdão assim ementado:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. SEGURADO EMPREGADO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. TOTALIDADE DOS RENDIMENTOS. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Conforme previsão expressa de lei (art. 28 da Lei n.º 8.212/91), o salário-de-contribuição do segurado empregado consiste na totalidade dos rendimentos pagos a qualquer título durante o mês como remuneração pelo trabalho prestado.

Havendo divergência entre os valores dos salários-de-contribuição constantes do CNIS e a remuneração efetivamente recebida pelo segurado empregado, cabível a retificação das informações mediante a devida comprovação.

Hipótese em que o julgado embargado está em plena conformidade com a normativa da Lei n.º 8.213/91, não havendo falar em negativa de vigência de dispositivo legal.

Embargos de declaração providos para suprir omissão apontada" (fl.382e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, violação aos arts. 28 e 32, ambos, da Lei 8.213/91 e art. 28 da Lei do Custeio (8.212/91). Para tanto, sustenta que:

## "2. DECISÃO RECORRIDA

A Colenda Turma do E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao apreciar o recurso do INSS, concluiu pela 'possibilidade de somatório dos salários-de-contribuição das atividades concomitantes exercidas pela autora perante o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal da Serra', mantendo o julgado monocrático que concedeu aposentadoria por idade à parte autora.

Ao assim decidir, **a Corte Regional negou vigência ao disposto nos artigos nos artigos 28 e 32 da Lei 8.213/91**

3. DA DEMONSTRAÇÃO DO CABIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO

Da decisão do TRF não cabe outro recurso na instância local, o que configura decisão de última instância (CF/88, art. 105, III). A matéria restou devidamente prequestionada no julgamento recorrido. A interpretação do Tribunal Regional é contrária à lei federal, hipótese autorizativa do Recurso Especial, conforme a CF/88, **art. 105, inciso III, alínea 'a'**.

Presentes, pois, todos os requisitos para a admissão do Recurso Especial.

4. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADES CONCOMITANTES. ALCANCE DO ARTIGO 32, INCISOS I, II E III, DA LEI N. 8.213/91.

Trata-se de ação em que a parte autora busca a concessão de aposentadoria por idade desde a data do requerimento administrativo (21/10/2009), mediante a soma dos salários-de-contribuição no período em que a segurada exerceu atividades concomitantes.

**O pedido foi julgado procedente.**

**O INSS, no recurso de apelação, alegou, entre outros temas, a impossibilidade de se somar os salários-de-contribuição no período em que a segurada exerceu atividades concomitantes.**

**A C. Turma da Corte Regional, ao apreciar o recurso do INSS, concluiu pela 'possibilidade de somatório dos salários-de-contribuição das atividades concomitantes exercidas pela autora perante o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal da Serra'.**

Todavia, em assim decidido, a Colenda Turma Julgadora **negou vigência aos artigos 28 e 32 da Lei 8.213/91, bem como divergiu de julgados do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ – como se passa a demonstrar.**

Vejamos:

**A parte autora exerceu atividades profissionais concomitantes, submetendo-se, portanto, ao regramento previsto na lei de benefícios acerca da forma do cômputo do tempo de serviço em ambas as atividades laborativas e para fins de integração e formação da renda mensal do benefício.**

**Contudo, a parte autora não alcançou as condições necessárias ao gozo da aposentadoria em relação a nenhuma das atividades, razão pela qual não poderia o INSS simplesmente efetuar a soma simples de todos os seus salários-de-contribuição – devendo, neste caso, ser considerada principal a atividade em**

**que a parte autora laborou por mais tempo.**

A C. Turma, de outro modo, entendeu que o salário-de-benefício da aposentadoria da parte autora deverá ser calculado mediante a soma dos salários-de-contribuição, na forma prevista no art. 32, inciso I, da Lei n.º 8.213/91.

Ocorre que tal entendimento não encontra razão suficiente na legislação.

O que impende analisar nos casos em que o segurado exerce atividades concomitantes é a efetiva satisfação dos requisitos imprescindíveis ao gozo da aposentadoria em todas as atividades.

Se este fosse caso estaria autorizada a simples soma dos salários-de-contribuição para fins de cálculo do benefício, na forma prevista no artigo 32, inciso I, da Lei 8.213/91.

**No caso da parte autora desta ação, esta não implementou os requisitos ao gozo do benefício previdenciário em todas as atividades, inviabilizando, assim, o somatório simples dos valores, havendo-se que apurar qual seria a sua atividade principal ou preponderante.**

Qual deve ser a atividade preponderante em tal caso, a de mais longa duração ou a mais vantajosa?

O artigo 32 não dispõe de regra expressa sobre essa hipótese, mas sua estrutura normativa demonstra que o critério é o do maior tempo de atividade.

Entretanto, a C. Turma considerou de forma diversa, ou seja, pela soma dos salários-de-contribuição.

**Cabe ressaltar que a atividade preponderante deve ser aquela em que o segurado mais tempo laborou, pois é esta que mais próximo chegou do que seria a atividade com tempo suficiente para deferir, por si só, o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.**

Tal como procede o INSS administrativamente, uma vez desatendidos os requisitos para a fruição do benefício relativamente a cada atividade, a regra jurídica para a composição do salário-de-benefício deverá tomar a referência legal de preponderância ou atividade principal, que é tempo de atividade e não base de remuneração mais vantajosa ou a soma dos salário-de-contribuição.

Ou seja, como no caso concreto a parte autora não logrou comprovar o atendimento das condições para o gozo do benefício em relação a nenhuma atividade, o salário-de-benefício necessariamente terá que considerar a atividade com maior número de anos de contribuição como referência para formar o período básico de cálculo (PBC),

interpretando de modo coerente e sistemático os vários incisos do artigo 32 da Lei n. 8.213/91.

Para melhor esclarecimento, passa-se a transcrever o disposto no art. 32, e incisos, da Lei n. 8.213/91:

(...)

Dito ainda de outra maneira, se a referência para apurar o que é atividade principal na forma dos incisos I e II é o atendimento das condições para receber o benefício – tempo de contribuição suficiente – quando não houver atividade alguma que, por si só, garanta a concessão do mesmo ao segurado, é de se considerar como principal, ou preponderante, aquela com mais tempo de contribuição, aquela que mais se aproximou do atendimento das condições e não a mais vantajosa em termos de valores, sob pena de **violação do artigo 32 da Lei n. 8.213/91**.

Cabe ressaltar que o julgado recorrido diverge da orientação adotada pelo STJ sobre o mesmo assunto, conforme se pode verificar nos seguintes julgados:

(...)

Neste contexto, nos termos do art. 32, II, da Lei 8.213/91, **na hipótese de exercício de atividades concomitantes pelo segurado, será considerada atividade principal, para fins de cálculo do valor do salário-de-benefício, aquela na qual ele reunia condições para concessão do benefício**.

Assim, ao contrário do decidido, tendo em vista que a parte autora não atendeu cumulativamente todos os requisitos legais em ambas as atividades exercidas concomitantemente para lhe ser autorizada a soma dos salários no cálculo da aposentadoria, deverá ser considerado na proporção do tempo exercido na atividade paralela, nos moldes do item 'b' do inc. II do art. 32 da Lei 8.213/91.

## 5. DIVERGÊNCIA DE SALÁRIOS INFORMADOS NO CNIS E NA FICHA FINANCEIRA

A decisão recorrida confirmou o julgado monocrático que, sem qualquer fundamentação, condenou o INSS a retificar os salários-de-contribuição das seguintes competências: no mês de julho e novembro de 1994 o valor de R\$ 338,11; no mês de dezembro de 1994 o valor de 390,74; no mês de janeiro de 1995 o valor de R\$ 450,81; e no mês de março de 1998 o valor de R\$ 562,68.

Alegou a parte autora a divergência entre as fichas financeiras, certidões de tempo de contribuição e CNIS.

Todavia, **inúmeras parcelas pagas pelo empregador ao trabalhador não integram o salários de contribuição, de acordo com o disposto no art. 28 da Lei do Custeio (8.212/91).**

Por exemplo, a ficha financeira apresentada (FINANC14 - fl.2 – evento 1 do processo originário), mostra que o total das vantagens auferidas pela autora nos meses de 07/1994 e 11/94 foi de R\$ 338,37, enquanto o salário-de-contribuição considerado pelo INSS e informado no CNIS foi de 259,22 e 315,57, respectivamente.

É evidente que o valor do salário-de-contribuição não coincide necessariamente com o valor do total das vantagens recebidas, já que sobre determinadas alíquotas não há incidência tributária.

**Não há base legal para desconsiderar os salários-de-contribuição informados pela empregadora no CNIS, para serem substituídos pelos VENCIMENTOS BRUTOS ou o TOTAL DAS VANTAGENS recebidas no mês.**

Assim, tendo em vista a violação aos artigos 28 e 32 da Lei 8.212/1991 o presente recurso merece conhecimento e provimento" (fls. 388/400e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade a lei federal (artigos 28 e 32 da Lei 8.213/91), requer, o INSS, que o recurso seja conhecido e provido, a fim de que seja modificado o acórdão recorrido, com inversão dos ônus da sucumbência" (fls.399/400e).

Com as contrarrazões (fls. 424/430e), o Recurso Especial foi admitido na origem (fl. 437e).

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que:

"Pois bem. Dispõe o art. 28 da Lei n.º 8.213/91 o seguinte:

Art. 28. O valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, exceto o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício.'

O salário-de-benefício da aposentadoria por idade concedida à parte autora, por sua vez, é previsto pelo art. 29, inc. I, da Lei n.º 8.213/91, in verbis:

'Art. 29. O salário-de-benefício consiste:

I - para os benefícios de que tratam as alíneas b e c do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores

salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;'

**Já em relação aos salários-de-contribuição - que parece ser efetivamente o objeto da controvérsia - o art. 28 da Lei n.º 8.212/91 (e não o art. 28 da Lei n.º 8.213/91 cujo prequestionamento foi alvo dos embargos de declaração) estabelece:**

(...)

Esse mesmo conceito de levar em conta a totalidade dos rendimentos é repetido pelo art. 29, § 3º, da Lei n.º 8.213/91 ao dispor sobre o cálculo do salário-de-contribuição:

(...)

**Assim, diferentemente do que alega o INSS, o valor do salário-de-contribuição do segurado empregado deve sim corresponder à totalidade das vantagens recebidas a título de remuneração, não importando que sobre determinadas rubricas incida ou não contribuição tributária.**

No caso concreto, e inclusive conforme prevê a própria Lei n.º 8.213/91 (art. 29 - A, § 2º e § 3º), a parte autora comprovou os valores efetivamente recebidos a título de remuneração nos meses de julho, novembro e dezembro de 1994; janeiro de 1995 e março de 1998 (evento 1, FINANC14 e FINANC15), bem como no interregno de abril/1995 a março/1998.

Logo são estes os valores que devem ser considerados como salário-de-contribuição, observado o limite máximo vigente em cada competência.

Portanto, na hipótese em exame, a descon sideração do valor dos salários-de-contribuição informados pelo empregador e constantes do CNIS encontra amparo justamente no art. 28 da Lei n.º 8.212/91 e no art. 29-A, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 8.213/91, os quais, assim como o art. 28 da Lei n.º 8.213/91, restam estritamente observados.

Ante o exposto, voto por dar provimento aos embargos de declaração para suprimir a omissão do julgado" (fls. 375/382e).

Por sua vez, do acórdão que julgou o recurso de apelação, extrai-se o seguinte teor:

"Irresignado, o INSS interpôs recurso de apelação sustentando, inicialmente, a impossibilidade de se somar os salários-de-contribuição

no período em que a autora exerceu atividade concomitante. Insurge-se também contra a condenação no que diz respeito à retificação do cálculo da RMI com a utilização dos valores correspondentes ao total de vantagens recebidas em detrimento do salário-de-contribuição informado pela empresa no CNIS. Refere ainda ser irrelevante a conversão de tempo especial para comum, já que devem ser considerados como carência os efetivos recolhimentos, aduzindo não ser possível a conversão, da atividade de professor, para comum, posteriormente a 09/07/81.

Com contrarrazões e por força do reexame necessário, vieram os autos a esta Egrégia Corte para apreciação.

É o relatório.

(...)

No caso em apreço, a parte autora completou a idade mínima para a obtenção da aposentadoria por idade em 20/10/2009, pois nasceu em 20/10/1949 (evento 1/2), devendo, de acordo com a tabela do artigo 142 da Lei n.º 8.213/91, comprovar o recolhimento, até o ano do implemento do requisito etário, de, no mínimo, 168 contribuições.

Quando requereu o benefício, em 21/10/2009, o INSS reconheceu apenas 142 contribuições para fins de carência (evento 1/17).

Nesta corte, instado a se manifestar quanto ao tempo de serviço reconhecido administrativamente em favor da autora, o INSS trouxe aos autos demonstrativo de tempo de contribuição, no qual consta que, até 31/12/2006, foram reconhecidos 24 anos, 02 meses e 19 dias de tempo de serviço, o que equivale a um período de carência e de contribuições de 288 (comprovante de tempo de serviço do evento 8).

Não obstante, na inicial a parte autora pugna pelo reconhecimento dos períodos em que esteve em gozo de auxílio-doença, nos lapsos de 01/06/2006 a 30/10/2006, de 30/11/2006 a 31/01/2007 e de 18/05/2007 a 30/09/2007. Considerando que a Autarquia Previdenciária já contabilizou os interregnos de 01/06/2006 a 30/10/2006 e de 30/11/2006 a 31/12/2006 como tempo em benefício, falta analisar os períodos de 01/01/2007 a 31/01/2007 e de 18/05/2007 a 30/09/2007.

O art. 55, inciso II, da Lei n.º 8.213/91, determina que integra o tempo de serviço do segurado o tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Esse também é o entendimento desta Corte, senão vejamos:

(...)

Assim, os lapsos de 01/01/2007 a 31/01/2007 e de 18/05/2007 a 30/09/2007 (CNIS - evento 1/7), que corresponde a 05 meses e 14 dias, ou seja, o equivalente a 05 contribuições, deve ser considerado



para efeitos de carência.

**No que tange à questão, em que pese seja o período de carência correspondente ao número mínimo de contribuições para o benefício (art. 24 da Lei n.º 8.213/91), percebe-se do art. 29, § 5º, da Lei n.º 8.213/91, a possibilidade de considerar o tempo de gozo do auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez para efeito de carência. Trata-se de afastamento involuntário do trabalho, sendo reconhecido o equivalente período como de trabalho e de carência. O referido dispositivo assim dispõe:**

(...)

Assim, na 1ª DER, em 21/10/2009, a autora já havia vertido para a Previdência Social 293 contribuições, número este superior à carência mínima do art. 142 da LBPS, o que lhe garante a concessão da aposentadoria por idade desde aquela data.

Desse modo, deve ser mantida a sentença no ponto.

#### **DAS ATIVIDADES CONCOMITANTES**

Da análise da sentença, verifica-se que foi determinado o somatório dos salários-de-contribuição das atividades concomitantes exercidas pela autora perante o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal da Serra.

**Tenho que assiste razão ao INSS no ponto, eis que dispõe o art. 32 da Lei 8.213/91:**

(...)

**Como se vê, a norma prevê sistemática específica para consideração das remunerações quando houver desempenho de atividades concomitantes, e o segurado não tiver implementado as condições para aposentadoria em ambas atividades.**

A discussão no presente feito diz respeito à forma de aplicação do dispositivo em apreço.

**E nesse sentido este Tribunal tem entendido que, em interpretação pró-segurado, deve ser considerada como principal a atividade que apresente o maior salário-de-benefício, face à ausência de disposições legais em sentido contrário.**

Segue precedente desta Corte:

(...)

No caso em tela, deverão ser considerados os maiores salários-de-contribuição, acrescidos de um percentual dos demais, na

forma definida no referido artigo.

Cumpre observar que, em se tratando de contagem recíproca de tempo de serviço, deve-se submeter às regras do artigo 96 e seguintes da Lei 8.213/91, no que pertinentes:

(...)

DA PRETENSÃO DE CONTAGEM PRIVILEGIADA DOS PERÍODOS LABORADOS JUNTO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, AO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E AO MUNICÍPIO DE SERRA/ES

Em discussão a possibilidade de cômputo privilegiado dos períodos de 11/06/1974 a 30/09/1987, de 21/06/1990 a 31/03/1998 e de 30/01/1995 a 21/05/2002, em que a autora trabalhou como professora junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura Municipal da Serra/ES (evento 1/11, 12 e 13).

A atividade de professor era tratada como especial pelo Decreto nº 53.831/64 (item 2.1.4 do Quadro Anexo). Ocorre que, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 18/81, os critérios para a aposentadoria especial dos professores passaram a ser fixados pela própria Constituição Federal, acabando por revogar, assim, as disposições do Decreto nº 53.831/64. Gize-se, não houve alteração nesse panorama com o advento do Decreto nº 611/92, que em seu artigo 292 previu: 'Para efeito de concessão das aposentadorias especiais serão considerados os Anexos I e II do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979, e o Anexo do Decreto nº 53.831, de 25 de março de 1964, até que seja promulgada a lei que disporá sobre as atividades prejudiciais à saúde e à integridade física'. Isso porque, quanto à atividade de professor relativamente à concessão de aposentadoria especial, deve prevalecer o preceito constitucional, de superior hierarquia, não havendo de se falar em repristinação no tópico.

(...)

**No caso dos autos, todavia, pretende-se aproveitamento privilegiado de tempo como professora, mediante contagem recíproca, junto ao RGPS. Tal possibilidade, todavia, tem sido negada pelo Supremo Tribunal Federal, entende a Corte Excelsa que no caso do professor servidor público, o tempo respectivo só pode ser aproveitado para a concessão do benefício nos termos expressamente previstos na Constituição Federal, de modo que vedado o aproveitamento privilegiado**

**para fins de concessão de benefício diverso.** Seguem precedentes nesse sentido:

(...)

Deve ser reformada a sentença no ponto.

DOS EFETIVOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO O cálculo do salário-de-benefício baseia-se, em princípio, nos salários-de-contribuição do segurado, estes previstos no CNIS, conforme previsão do art. 29-A, da Lei 8.213/91:

(...)

Na hipótese de não constarem no CNIS os valores dos salários-de-contribuição do segurado empregado e avulso, o Decreto 3.048/99 autoriza a utilização de salário-mínimo para as competências faltantes (art. 35, § 2º):

(...)

Isso, porém, não significa que a responsabilidade pela ausência de informações no CNIS deva ser suportada pelo segurado. Não é dele a obrigação de pagar as contribuições previdenciárias, mas do empregador, na forma do art. 30, I, 'a', da Lei 8.212/91.

Da mesma forma, a fiscalização do correto pagamento das contribuições previdenciárias é de responsabilidade do INSS. Ao segurado basta comprovar a sua efetiva remuneração, que deverá servir de base para o cálculo do valor do benefício (art. 29, § 3º, da Lei 8.213/91):

(...)

Portanto, uma vez provada a remuneração (o real salário-de-contribuição), surge para o segurado empregado o direito de revisar os dados anotados no CNIS e também o cálculo do salário-de-benefício, independentemente de ter havido o pagamento das contribuições previdenciárias:

(...)

Assim, **na hipótese, está correta a sentença ao determinar que sejam utilizados os salários-de-contribuição constantes nas fichas financeiras da autora.**

(...)

#### DISPOSITIVO

Diante do exposto, **voto no sentido de dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial**, nos termos da fundamentação" (fls.200/226e).

Não obstante, as razões do recorrente, verifica-se, que a alegação de que o acórdão recorrido decidiu em dissonância com o entendimento desta Corte Superior, quanto

a interpretação dos arts. 28 e 32 da Lei 8.213/91, não foi objeto de discussão no Tribunal **a quo**.

Da mesma forma, a tese de que "a atividade preponderante deve ser aquela em que o segurado mais tempo laborou, pois é esta que mais próximo chegou do que seria a atividade com tempo suficiente para deferir, por si só, o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição" (fl.394e), não foi objeto de discussão no Tribunal de origem e, apesar da oposição de Embargos de Declaração, a questão sob esse enfoque, não foi analisada. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos da **Súmula 211/STJ**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. NOVO CPC. NÃO APLICAÇÃO AO CASO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211. MULTA APLICADA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A GESTOR MUNICIPAL. RECEITA DO ENTE FEDERATIVO A QUE SE VINCULA O ÓRGÃO SANCIONADOR. LEGITIMIDADE DO ESTADO PARA AJUIZAR A COBRANÇA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADA.

(...)

3. O insurgente alegou violação do art. 38 da Lei 8.666/93. **No entanto, percebe-se que o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor acerca do referido dispositivo legal.**

4. **O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.**

(...)

8. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 926.189/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2016).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações suscitadas, mesmo após a parte ter oposto Embargos Declaratórios, no Tribunal de origem, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015, e, não, insistir na tese recursal, tal como ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 66, 67 E 71 DA CLT. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. **INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ.** APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 1.025 DO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO FICTO. INVIABILIDADE. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

**1. Extrai-se do acórdão recorrido que os dispositivos legais apontados como violados e as matérias a eles correlatas não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado. Aplicação do óbice fundado na Súmula 211 do STJ.**

**2. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente no sentido de que 'a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei' (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 10/4/2017).**

3. Ainda que superada essa premissa, verifica-se que o acórdão recorrido está assentado em fundamento constitucional, circunstância que inviabiliza a análise da controvérsia na via especial, sob pena de usurpar-se a competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1631358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

Noutro giro, em confronto com os termos do acórdão recorrido, verifica-se que a parte recorrente manifestou seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos outros, não relacionados ao decidido.

Assim, **furtando-se a parte ora recorrente de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão guerreado, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283/STF**, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles", **eis que as razões recursais estão dissociadas do fundamento em que se pautou o acórdão recorrido, incidindo, também, a Súmula 284/STF**, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. **DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.**

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

2. **Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF**, por analogia: 'Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal' (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador

convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015. Recurso ordinário não conhecido" (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. **RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.** COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **A mera e genérica reiteração dos argumentos desenvolvidos na petição inicial ou a simples transcrição de trechos da decisão recorrida, sem que o recorrente indique ou especifique as razões de sua discordância com o julgado, não são suficientes para o conhecimento do recurso.**

2. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no RMS 36.275/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 28/06/2013).

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da parte recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, **impugnando os fundamentos da decisão recorrida**, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório. Não basta repetir as razões já expendidas, seja na petição inicial, seja no recurso anterior, ou limitar-se a infirmar, genericamente, o **decisum**. **É preciso que o Recurso Especial impugne, dialogue, combata, enfim, demonstre o desacerto do que restou decidido.**

A propósito, a lição de NÉLSON NERY JR (*in* *Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos*, 2ª ed., Revista dos Tribunais, p. 154), *in verbis*:

"Entendemos que a exposição dos motivos de fato e de direito que ensejaram a interposição do recurso e o pedido de nova decisão em sentido contrário à recorrida, são requisitos essenciais e, portanto, obrigatórios. A inexistência das razões ou de pedido de nova decisão acarreta juízo de admissibilidade negativo: o recurso não é conhecido. (...) Vige, no tocante aos recursos, o princípio da dialeticidade (...). Segundo esse princípio, o recurso deverá ser dialético, discursivo. O recorrente deverá declinar o porque do pedido de reexame da decisão. (...) O procedimento recursal é semelhante ao inaugural de uma ação civil. A petição de recurso é assemelhável à peça inaugural, devendo,

pois, conter os fundamentos de fato e de direito e o pedido. Tanto é assim, que já se afirmou ser causa de inépcia a interposição de recurso sem motivação. (...) O recurso se compõe de duas partes distintas sob o aspecto de conteúdo: a) declaração expressa sobre a insatisfação com a decisão (elemento volitivo); b) os motivos dessa insatisfação (elemento de razão ou descritivo). Sem a vontade de recorrer não há recurso. Essa vontade deve manifestar-se de forma inequívoca, sob pena de não conhecimento. **Não basta somente a vontade de recorrer, sendo imprescindível a dedução das razões (descrição) pelas quais se pede novo pronunciamento jurisdicional sobre a questão objeto do recurso. As razões do recurso são elemento indispensável para que o tribunal, ao qual se o dirige, possa julgá-lo, ponderando-as em confronto com os motivos da decisão recorrida que lhe embasaram a parte dispositiva".**

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCP"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora